

Dívida sem Máscara

O informe preparado pelo Instituto Internacional de Finanças para influenciar os governos e a comunidade financeira internacional na reunião anual do FMI, na próxima semana, em Washington, põe o ponto final nas ilusões de que os bancos privados pudessem convergir para o interesse dos países devedores de afrouxar o garrote da dívida.

Os governos dos países devedores querem alívio nas condições de pagamento dos juros e do principal, para que os compromissos do balanço de pagamentos não continuem asfixiando as possibilidades de desenvolvimento econômico e social. Elas se deterioraram desde 1982, quando a crise geral da dívida paralisou o mercado de crédito voluntário.

No informe semestral preparado pelo instituto mantido pelos grandes bancos, o sistema bancário deixa claro que deseja apenas receber os juros em dia, sem rebate nos juros de mercado pagos aos aplicadores que lhes fornece recursos, ou nos altos *spreads* que cobra dos devedores. Também discorda dos precedentes abertos pelos acordos para pagamento parcial dos juros em atraso, como o obtido pelo Brasil; e dos perdões de créditos pelos governos a nações devedoras, no caso da Polônia.

As referências e as ameaças ao Brasil, feitas pelo diretor geral do IIF, Horst Schulmann, neste contexto, não surpreendem. Desde fins de 1983, todo crédito aprovado ao Brasil pelo Comitê dos Bancos Creditores serviu apenas para por em dia débitos do principal e dos juros. Muito antes que o Brasil recorresse à moratória, em fevereiro de 1987, já não vinha dinheiro novo. O endividamento virou uma bola de

neve, com os encargos pagos pelo Brasil superando várias vezes o principal.

A realidade é que o mercado de crédito internacional acabou em 1982. O dinheiro hoje flui no mundo ligado à expansão do comércio e dos investimentos de risco, área em que o Brasil pretende converter, com deságio de 25%, grande parte da dívida bancária privada em investimentos na privatização de empresas estatais. Neste sentido, o sucesso das reformas econômicas promovidas pelo atual governo é muito mais importante do que qualquer informe do IIF.

Se a economia brasileira se estabilizar, criando condições efetivas para viabilizar a abertura ao comércio e investimentos, haverá mais empresários internacionais interessados em comerciar e investir no país. Nos primeiros meses deste ano, por sinal, apesar do atraso recorde nos juros devidos aos bancos, aumentou o fluxo de empréstimos ligados ao comércio exterior.

É que os empresários do setor real são tão ou mais pragmáticos que os banqueiros, e não deixam escapar uma boa oportunidade de negócios. Mas, já se foi o tempo em que o Brasil era "uma ilha de prosperidade num mundo em recessão". As oportunidades se multiplicam pelo Sudeste asiático, pelo Leste europeu e mesmo no Primeiro Mundo. Os bancos não estão satisfeitos em realizar prejuízos, que pesam também sobre os negócios domésticos, mas nem por isso se admite que tentem impor aos governos ou aos organismos internacionais de crédito os seus interesses particulares.